



## A Formação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

FONSECA, Paulo Roberto da [\[1\]](#)

NEGRI, Paulo [\[2\]](#)

FONSECA, Paulo Roberto da; NEGRI, Paulo. **A Formação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 07. Ano 02, Vol. 03. pp 94-104, Outubro de 2017. ISSN:2448-0959

### Resumo

Este artigo se propõe apresentar o processo de surgimento e criação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a EJA. A princípio a ideia foi formatar uma pesquisa histórica da Educação de Jovens e Adultos, porém no decorrer do trabalho foi surgindo além da história o trabalho para formação e atuação de diversos agentes, instituições e governos na constituição da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Onde dá para perceber uma participação muito maior da sociedade na formação da Educação de Jovens e Adultos, diferente do que ocorreu no ensino regular no Brasil

**Palavras-chave:** Educação, Jovens, Adultos, Formação, História, Brasil.

### INTRODUÇÃO

Quando falamos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil parece ser uma coisa tão contemporânea, mas na verdade o processo educativo no Brasil, nunca foi tão difícil de formar como a proposta para Educação de Jovens e Adultos. Embora muito se tenha trabalhado para se organizar o Ensino de Jovens e Adultos, o que se obteve hoje, ela foi uma experiência espelho, daquilo que se estava propondo, a cada mudança que ocorria no sistema educacional brasileiro. Não existiam propostas de aprofundamento sobre a parte social ou ainda quanto à capacidade cognitiva dos sujeitos envolvidos no processo e como eles construíram o seu conhecimento.

Neste trabalho a proposta é apresentar a importância da Educação de Jovens e Adultos para a inserção social e a sua relevância de processo ligados a programas de Educação Popular, que vinham sendo aplicados.

Nos anos 40 (1940) foi quando tudo começou na Educação de Jovens e Adultos, é nesse momento, que é dado a partida na Política Educacional Nacional, segundo cita Ribeiro (2001, p.59), “se constituiu como política educacional”

Ribeiro nos mostra no seu texto, um pouco da história e da importância na época e do entendimento de quem eram os sujeitos da aprendizagem, como eles deveriam aprender e o que se entendia que era significativo para esses alunos.

Na de função do processo de aprendizagem, ele trata ainda com uma abordagem sócio construtivista, o que acontecia com os indivíduos, através das relações sociais, a partir das suas construções individuais e coletivas. Lembrando muito Paulo Freire, que afirmava que essa educação deveria acontecer de forma crítica e reflexiva, inserindo o indivíduo em todo o processo, onde faria sua própria autocrítica.

## **A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Embora se fale que na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o seu sistema hoje é muito grande e ele se mostra uma balança afinada, pois em diversos momentos da aplicação pedagógica, ele apresentou pontos que compensam o tamanho do sistema. Mas como veremos que a EJA foi criada, também, a partir de erros e de inadequação de currículos, métodos e materiais didáticos, que embora sejam difíceis de admitir, ainda persistem, em muitos locais de aprendizagem, possuem suas características locais.

Porém a Educação de Jovens e Adultos nunca veio no início da formação do Brasil. Mas ela veio logo após a Educação Jesuítica, que era apenas para formação indígena e catequista da Igreja Católica, mas passou por vários momentos de grande significado político-social, para sua organização e se mostrou, até hoje, um sistema resistente e forte.

Mas foi realmente só a partir dos anos 40, que a Educação de Jovens e Adultos passou a se formar e ser tratada como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira. E desde aquela época, vem se mostrando como sistema apto a melhorar dia-a-dia. Sua política educacional não nasceu apenas no gabinete, foi a defasagem educacional e a implantação das indústrias no Brasil, na política de Getúlio Vargas, junto com a própria população brasileira, que causou a implantação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1920, surgiu questionamentos, com o que fazer nas questões do Ensino para os Adultos e o que o Estado deveria fazer, pois tratava-se de uma necessidade pública. Essa pressão, iniciou então a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 e junto com ele programas para o ensino de adultos e ampliação da educação dessa modalidade, pois o país possuía uma taxa alarmante de analfabetismo e esse fundo tentava dar uma resposta a isso, combatendo o analfabetismo adulto e infantil.

Quando Getúlio Vargas foi deposto em 1945, surge também as cobranças da Unesco e segundo Haddad (2000, p.111) “denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações” e se estabeleceram metas para alfabetizar, de dando o empurrão no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Claro que não devemos deixar de mencionar a contribuição dos interesses políticos que cercavam o

assunto, pois o nível de analfabetismo nos colocava como país subdesenvolvido e não dava mais para esconder a fraco esforço para a educação no país. Ele haveria de se preocupar com a aprendizagem de cada um.

Em 1947, houve um bom movimento, que nos auxiliou muito o desenvolver de um processo para o ensino de Jovens e Adultos no Brasil, foi o Serviço de Educação de Adultos, o SEA, que por campo de atuação deveria se preocupar com a educação do adulto e com ele criar um Curso Primário para adultos, com profissionais capacitados. “(...) e lançamento fez que houvesse o desejo de atender apelos da Unesco em favor da educação popular. (...)” (Paiva, 1987, p.178)

Essa orientação da Unesco, gerou um momento de grande discussão sobre o analfabetismo no Brasil e cada um dos órgãos governamentais saíram à procura de entender o processo de Educação de Jovens e Adultos, pois ela estava diretamente ligada ao desenvolvimento do Brasil, pois o profissional analfabeto não colaboraria na recuperação do atraso econômico e industrial brasileiro.

Até aquela data não se preocupavam com o sujeito, com o indivíduo e nem entender o processo de inclusão na aprendizagem profissional. O analfabeto era tido como um peso ao país, pois não podia contribuir para o desenvolvimento, mas o contínuo crescimento do contingente dos analfabetos, acabaram por gerar interesse político, daí da Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos ter uma proposta educacional voltada para a vida, trabalho e profissionalização.

Como sabemos a falta de alfabetização e o próprio analfabeto era visto com preconceito e naquele momento até os organizadores da campanha o viam preconceituosamente. Paiva (2001):

*“(...)a idéia central (...) é a de o adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar à corrente da vida nacional” “E associam-se a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz que o indivíduo Alfabetizado. (...)” (p.184)*

No decorrer da campanha percebeu-se uma mudança da visão, deixando de ser tão preconceituosa e passando a ser a representante da Educação para Jovens e Adultos, que só toma essa forma, como vimos, a partir da contribuição do Estado, mas foi o movimento popular que levou a essas mudanças. É certo que forma bem singelas as lutas em favor da EJA, mas elas começaram a ser reconhecidas devido a isso. Mas ainda faltava valorizar a EJA e foi a partir desses movimentos que a reação aconteceu, como uma resposta do Estado as críticas que se fazia aos governos.

*(...) a agora a característica do desenvolvimento das potencialidades individuais, e, portanto, como ação de promoção individual, a Educação de Adultos, passa a ser uma condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida(...)*

*(HADDAD, 2000, P.111)*

Esse período, então, foi o que marcou profundamente a Educação de Jovens e Adultos pelo movimento popular, que foram fortificadas por ações educativas e políticas com vários outros programas de interesse na EJA tal como relata Ribeiro (2001)

*“(...) A criação do Fundo Nacional do Ensino primário em 1942 do Serviço de Educação de Adultos, da*

*Campanha de Educação de Adultos, ambos de 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. ” (RIBEIRO,2001, P.59)*

Tem-se que deixar registrado que realmente os movimentos populares, de grupos sociais como: sindicatos e outros foram os reais responsáveis de surgir uma educação voltada para transformação, incluindo no processo educacional e de modernização do país. A EJA levaria e leva aos poucos o sujeito a uma transformação social ou cultural, como nas idéias de Paulo Freire.

A partir da década de 60, muitas outras campanhas começaram a surgir com visões diferentes daquelas anteriores, agora a proposta era uma educação igualitária e para todos. Apresentam-se programas para erradicar o analfabetismo no país, e com essas melhorias conseguir a imagem ideal para o país, como também em políticas para melhorar as condições de vida ao povo brasileiro, e um pouco mais reflexivo de em relação ao que se vinha sendo para trabalhado. “(...) antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária(...)” (Cunha, 1999, p.12)

Os esforços políticos deram passos em vários lugares do Brasil, surgindo campanhas de Educação de Jovens e Adultos e entre os mais conhecidos estão: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular de Recife, “De pé no chão também se aprende a ler”, de Natal e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, entre outros.

Paulo Freire será uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentará essa educação pensada de forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem, tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente. Suas idéias podem ser observadas no Plano Nacional de Alfabetização, que se destinava atender a maior parte da população analfabeta do país, mesmo que tenha surgido através de movimentos estudantis e também de entidade sindicais, que trabalharam para que o seu método fosse colocado na Educação de Jovens e Adultos, dentro do Ministério da Educação e aos poucos com seus resultados o programa gerou benefícios políticos e passou a ter maior apoio do governo como método principal.

(...) a luta entre os estudantes e intelectuais das diversas orientações político-ideológicas dentro do movimento sindical, por isso foi a visada pelos acordos que resultaram da utilização do método Paulo Freire, entretanto também outros interesses eleitorais começaram a se manifestar e se a refletir no programa(...)

(Paiva, 1987, p. 258)

Lamentavelmente no período da Ditadura Militar, no nosso país muitos programas se perderam, mas importantes contribuições sociais conseguiram se manter. O próprio sistema ditatorial manteve aqueles programas conservadores, por isso muitos deles se espalharam pelo Brasil como a cruzada de ação básica cristã, que para manter o seu programa alegava que não fazia educação, mas sim dava apoio em ações sociais ao Regime Militar.

Foi no período militar, em 1967 que nasceu o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização “(...) fruto do trabalho e realizado por grupo interministerial que buscou uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC(...)” (HADDAD 2000 p 114), porém muitas partes do projeto foram substituídas por interesses do

governo militar

O que buscava no regime militar era concentrar sim, mas sem preparar a mão de obra, que no processo de aprendizagem, deviam apenas buscar uma complementação pedagógica, uma prática de aprendizagem preparando o aluno para apenas ler e escrever.

Em 1971, surge o Supletivo procurando complementar a escolarização e o analfabetismo, colocando em sala aqueles que ainda não tinham conseguido terminar seus estudos no tempo regular na idade certa. O Supletivo foi instituído pela Lei 5.692/ 7, pensava-se apenas em uma escolarização tardia e atividades educativas da maneira mais flexível para o indivíduo, suprindo suas deficiências.

Outro objetivo do Ensino Supletivo, é que foram feitas algumas mudanças na sua proposta procurando atender apenas interesse de governo, segundo Haddad (2000).

*“O ensino supletivo foi apresentado a sociedade como um projeto escola de futuro, elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica, observada pelo país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola e por sua clientela pois a todos deveriam atender uma dinâmica permanente de atualização” (p.117)*

Na verdade, o que ocorria era a pressão da Ditadura Militar naquele momento da história brasileira, onde se vislumbrava apenas uma educação técnica, para atender o mercado de trabalho e a vida social, porém temos que aceitar que essa iniciativa do Supletivo formou a base dos parâmetros da Educação a Distância, com o início de uso de novas tecnologias, como no caso a educação com a TV e rádio, que já foram copiadas em outros momentos dos projetos educacionais no Brasil

Na década de 80, com o fim da ditadura militar e maior Liberdade da sociedade, houve então uma abertura para que pudesse surgir novas contribuições para as questões educacionais. A EJA passa por uma nova configuração e busca novas técnicas e metodologias para trabalhar.

Não podemos deixar de citar o Programa Mobral, que por tempos tentou à sua maneira formatar uma Educação a Distância, e que na década de 80 acabou sendo substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, o Educar, que se considerava diferente, mas se baseava em muitos de seus trabalhos.

Nesse período a educação popular volta a trilhar caminhos mais abertos pois com abertura ela pode agora mostrar todo seu trabalho que vinha fazendo em oculto.”(...) Retomaram PIS e habilidade nos ambientes universitários e passaram a influenciar também programas públicos e comunitários, (...)” (HADDAD, 2000 p.120)

Na estrutura da Constituição de 1988, chamada de cidadã, surgiu o tema educação, com interesse social e a partir daí se estabeleceu que a Educação Básica fosse oferecida também através da EJA. A Constituição Federal (RIBEIRO, 2001) estabeleceu também a educação presencial e não apenas a de forma não presencial, mas sem muita preocupação com a qualidade de ensino, “(...) nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da

Constituição de 1988(...)” (HADDAD, 2000, p.120)

A seguir a mudança veio com a extinção da Fundação Educar em 1990, onde a Educação de Jovens e Adultos foi descentralizada, passando a responsabilidade aos municípios, mesmo que ainda continuasse havendo intervenção do estado.

O governo ainda, nesse período, tentou criar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) no governo Collor, mas com o impeachment ele foi deixado de lado por Itamar Franco, dando a perceber como estava sendo tratado neste período a Educação Jovens e Adultos e como havia ficado as políticas públicas no Brasil para educação. E mesmo em 1995, quando houve a Reforma da Educação e houve a descentralização dos sistemas educacionais, na Educação de Jovens e Adultos, não houve muitos esforços, pois, ela ainda ficou de lado.

*O principal instrumento da Reforma da Educação, foi aprovação da Emenda Constitucional 14/96, que suprimiu das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, o artigo que comprometia a sociedade e os governos, a erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental até 1998, desobrigando o Governo Federal de aplicar nessa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação (,,,) (HADDAD 2000 p. 123)*

Embora tenha sido criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério FUNDEF, a Educação de Jovens e Adultos, ainda ficou de lado pois os investimentos desse fundo, não previu qualquer favorecimento à expansão do Ensino de Jovens e Adultos (HADDAD, 2000)

Um problema que permaneceu, desde esse período, é que a EJA é vista ou associada a um Ensino Noturno de segunda linha, de caráter complementar e compensatório, onde absorve adultos que não conseguiram concluir seus ensinos na idade ideal ou foram reprovados e alguns são tidos até como fracasso escolar, e com tudo isso e a falta de incentivo político, levou por algum tempo essa educação a uma paralisação em suas modalidades tecnopedagógicas e baixos investimentos na EJA (Ribeiro, 2001)

A luta para melhor manter a EJA, então ficou por conta do profissional da educação. E através deles, nela foram realizados passos importantes na direção de um novo conceito da Educação de Jovens e Adultos, principalmente nas áreas sociais e uma educação igualitária.

Em 2008, a EJA, passou a fazer parte das Leis das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e ficou reconhecida como de Direito Público. E o parecer CNE CEB 11/2000, inclusive trata de esclarecer que a Educação de Jovens e Adultos, não é uma forma de suprir a educação perdida e sim uma nova educação. Sobre a LDB, a Lei nº 9.394, Haddad afirma, que essa lei “dedica a essa educação de jovens e adultos uma seção curta e pouco inovadora”

Embora que essas legislações tenham se mantido assistencialista e bem populistas, com caráter compensatório, mas de uma forma de outra, essa nova configuração de educação passou a ser realizado de forma mais aceitável do que a posição marginal que ocupava anteriormente.

Houve assim o surgimento de financiamento de vários programas para implementar projetos, cujo objetivo maior era alfabetizar com ajuda principalmente de movimentos da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. O PAS - Programa de Alfabetização Solidária foi um desses programas, em 1990

ele deu uma grande contribuição a alfabetização, porém as gestões governamentais e organizações trabalharam focando no público jovem e os municípios as periferias urbanas, primeiro, para até depois atingir outros públicos.

Esses movimentos de ensino, passa a valorizar o aluno e seus conhecimentos prévios, assim ele consegue acesso a novos conhecimentos. Aparece aqui a conscientização dos indivíduos, e aos poucos a valorização, primeiro pela sua autoestima. A EJA, passa a ser valorizada, deixando de ser apenas assistencialista, para que os alunos entendessem que a escola era um lugar de *preparo social*.

Os programas também passaram a se preocupar com as questões físicas dos indivíduos, como no caso dos alunos da EJA menos assistidos, os que exerciam normalmente trabalho extenuantes e árduos que cansados, tinham muitas dificuldades na aprendizagem como também provocava a evasão escolar na EJA.

É daí que vem a proposta de atendimento diferenciado dos indivíduos, preocupados com cada indivíduo, com mudanças positivas sociais que possa obter e esses projetos são agora voltados exclusivamente para EJA.

Ainda hoje as propostas de desenvolvimento da EJA, dependem de ações governamentais. Mais contemporâneas observamos o caso no governo Lula, onde foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, onde até, através ações de sua pasta, o Ministro da educação contribuiu muito para diminuir o analfabetismo no Brasil.

O programa foi criado por um Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007, e seu objetivo era a universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, a partir dos 15 anos ou mais e foi realmente uma conquista porque ele passou a financiar a Educação de Jovens e Adultos que a vinha sendo sempre precária, por parte do governo.

Felizmente os Estados seguiram esse exemplo, como o Governo da Bahia que lançou o TOPA - Todos Pela Alfabetização, cujo objetivo era alfabetizar um milhão de baianos até o ano de 2010, que o próprio senso do Programa Brasil Alfabetizado percebeu um grande progresso na alfabetização nos Estados e municípios e ainda com formação continuada e melhor de educadores para criação de profissionais abre e o material específico para esses programas

Esses programas levaram os educadores a estabelecer com a sociedade uma relação profissional e afetiva, dos educadores para com suas turmas e assim podem desenvolver um trabalho muito mais proximal da realidade de cada um, aplicando nas atividades pedagógicas diárias

A Educação de Jovens e Adultos teve outra grande conquista quando, foi incluída no fundo do Desenvolvimento da Educação Básica o FUNDEB, que havia substituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério o FUNDEF, pois ele ajudou muito nas questões básicas, como reservar recursos para Educação de Jovens e Adultos, mesmo que eles ainda sejam menores que as outras modalidades

Mas a Educação Popular não deixou de estar presente na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, foi uma luta do povo, uma educação participativa através dos movimentos populares, isto é, foi muito importante para sociedade civil, e marcaram a história da educação brasileira. Foram nesses momentos,

que se geraram novas concepções sócio pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos.

Ao se iniciar por Paulo Freire, a Educação Popular, tinha com uma visão para conscientização política, buscando que a população entendesse conceitos como: liberdade, igualdade e conseguissem superar as condições menos favorecidas e a pressão da sociedade.

Foi realmente na EJA, que a educação popular contribuiu muito para atender as reivindicações de melhorias de apelo popular e de novo é importante lembrar que antes do aparecimento da Educação de Jovens e Adultos, outros movimentos da sociedade civil lutavam contra o analfabetismo, mas foi muito importante o surgimento de um quadro educacional dedicado exclusivamente ao público adulto.

*“ durante um período de cerca de 20 anos do mesmo modo como aconteceu em outros domínios de trabalhos sociais com setores populares, a Educação de Adultos passou de uma ênfase na integração de indivíduos na sociedade, para uma outra cujo objetivo era atuar sobre grupos e comunidades que educados organizados e motivados assumissem em seu nível, o seu papel no processo de desenvolvimento”. (...) (BRANDAO, 1984 p.52)*

Pode-se então que a educação de adultos mesmo nos primórdios da educação brasileira recebeu das comunidades um certo apoio gerando trocas educacionais, e Brandão (1984) no seu ver a educação popular aconteceu de várias maneiras, em vários tempos, inclusive sem um sistema próprio, como os da antiguidade.

Esse pensamento de educar para Educação Popular teria uma proposta de libertação, já que esses movimentos populares valorizavam a sabedoria de cada um, do povo e o conhecimento do mundo.

Então entre os ideais de Educação Popular estaria a conscientização, onde deixaria a Pedagogia do Oprimido, para um sujeito que teria uma postura de lutar por mudanças e libertação, “(...) libertação aqui não chegaram pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca pelo conhecimento e pelo reconhecimento da luta por ela. (...)” (FREIRE, 1987, p 31)

No contrato educacional, Paulo Freire sempre mostrou nos seus interesses em conceber uma educação de igualdade, que fossem além dos ideais de aprendizagem e do ensino. Deveria ser então concebida a partir de trocas entre professor e aluno em suas relações culturais, no trabalho, na família e etc, “se sempre confiamos no povo, sempre rejeitamos fórmulas doadas, sempre acreditar que tinha algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe” (FREIRE, 2007, p.110)

Paulo Freire com toda sua determinação, deixou uma grande contribuição ao Ensino de Jovens e Adultos do que foi conquistado, as suas ideias de uma prática educacional de igualdade, com sujeitos críticos, é a que hoje vem sendo trabalhada na maioria das vezes na EJA.

*“ desde logo afastamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica, desde logo pensávamos alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de uma consciência na imersão que fizeram no processo, de nossa realidade no trabalho como que tentássemos a promoção da ingenuidade, em criticidade ao mesmo tempo em que alfabetizarmos”*

*(FREIRE 2007 p.112)*

Assim os trabalhos em sala de aula passaram a ser realizados buscando uma aproximação entre os educandos e o professor, a sua experiência diária aulas, com debates e entrevistas que serviam para coleta de informações e para explorarem os seus conhecimentos, valorizando-os, para que pudesse construir novos.

Se analisarmos o que foi pesquisado nas modalidades de EJA, a educação ainda está pouco consolidada, existe uma luta e ela é histórica, que procura ainda o reconhecimento e o respeito, dentro de uma educação formal, porém de uma composição diferente, universal com uma reconfiguração do compromisso do Estado

*”(...) de discute-se, a EJA nas novas estruturas de funcionamento da Educação Básica - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) criam-se isto estruturas gerenciais específicas para EJA nas secretarias estaduais e municipais. ”*

(ARROYO, 2006, p.20)

Porém as discussões sobre a nova configuração ou estrutura para EJA, continua acontecendo em diversos movimentos sociais como Sindicatos, ONGs ou universidades, todos procurando promover um modelo diferente para atender a necessidades do público da Educação de Jovens e Adultos. “o compromisso dessa diversidade de coletivos da sociedade, não é mais de campanhas nem de ações assistencialistas” (ARROYO 2006 p. 20). E já existem outros só que esse é imobilização com Acadêmico procurando implementar nas políticas públicas as reais necessidades da Educação de Jovens e Adultos

Esse processo de educar através de novo modelo educacional começa a ganhar forma, diferente do que antes existia, com uma educação de jovens e adultos mais completa, analisando o sujeito, seu modo de aprender, a sua experiência de vida, o ambiente, pois agora possuem uma modalidade específica, e que deve ser desenvolvida plenamente

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta finalização da pesquisa o que pudemos observar que a Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, surge de iniciativas involuntárias, mas mesmo assim o que se observou que ela foi muito mais popular do que as demais iniciativas educacionais no Brasil.

Após décadas de descaso e despreocupação o governo brasileiro por uma imposição de se ter uma boa imagem externa e pela necessidade também de “melhorar a mão-de-obra” inicia um processo de formação para jovens e adultos com medidas pífiás e sem atender o objetivo de formar cidadãos.

Porém o sucesso e os bons exemplos das experiências de associações e de outros de governos mesmo como estaduais e federais, serviram de exemplo para se estabelecer uma educação inclusive, mesmo que fosse sem interesse do governo á época.

O grande mote que foi observado como ideário pedagógico foi Paulo Freire, em sua pedagogia da autonomia, que já se vinha sendo divulgado nos esforços dos movimentos sociais, igrejas, associações em seus esforços para suprir a deficiência da educação de jovens e adultos desde os anos 60.

Mas o que vemos então é muito mais que uma educação formadora a educação de jovens e adultos estabelecida hoje em sua maioria possui uma sombra da pedagogia chamada por Paulo Freire de libertadora, pois a maioria, das instituições que as desenvolvem hoje valorizam a bagagem social do aluno.

Assim a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tem uma formação muito mais social que a educação regular no Brasil, pois nasceu desde o início de iniciativas populares e involuntárias e se estabeleceu quase por se próprio esforço.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens – adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio Soares (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006, 2º edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CUNHA, Maria Conceição da. Introdução - discutindo conceitos básico. In SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 17º Edição.

\_\_\_\_\_, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007, 30º edição

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai. /jun./Jul./Ago. 2000, nº 714, p.108-130. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14\\_08\\_serjio\\_haddad\\_e\\_maria\\_clara\\_di\\_pierro.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14_08_serjio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf) > Acesso em: 24/ 11/ 16

PAIVA, Vanilda. Educação de popular e educação de adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

RIBEIRO, Vera Masagão, JOIA, Orlando, PIERRO, Maria Clara Di. Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf).

Acesso em 17/ 11/2016.

<http://www.educacao.escolas.ba.gov.br/node/11#sub1>

<http://portal.mec.gov.br/index.php>

[1] Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Norte Paulista e em história e geografia pela Universidade de Araras Pós-graduando Educação de Jovens e Adultos – FAPI – Espírito Santo dos Pinhais – PR

[2] Doutor em Ciências da Comunicação

**PUBLIQUE SEU ARTIGO CIENTÍFICO EM:**

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/enviar-artigo-cientifico-para-submissao>